

Tempo Social



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Fonte: <https://www.scielo.br/j/ts/a/cBdxymkPStDzjz7kzVHmYPb/?lang=pt#>. Acesso em: 06 jun. 2022.

REFERÊNCIA

ROSA, Marcelo C. Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco. **Tempo Social**, v. 21, n. 1, p. 157-180, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/cBdxymkPStDzjz7kzVHmYPb/?lang=pt#>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco*

Marcelo C. Rosa

O crescimento das organizações e dos movimentos sociais em torno de demandas por terra e reforma agrária no Brasil na última década é um fenômeno relevante no campo das ciências sociais. Levantamentos da Comissão Pastoral da Terra apontam que há mais de cinquenta movimentos diferentes em todo o país¹. Trata-se de ações coletivas que trazem para o centro das disputas políticas a transformação do espaço e das relações sociais em regiões que a própria sociologia brasileira tratou de caracterizar como o *locus* dos modos de dominação tradicionais². Uma breve passada de olhos nos locais em que se concentram esses grupos, que na sua maioria se identificam como movimentos, direciona nossa atenção para as pequenas cidades situadas em regiões que tiveram na grande lavoura o sentido de sua formação. É nesses locais que se encontram os acampamentos, as sedes dos movimentos e as casas e famílias de seus líderes e militantes³.

Alguns trabalhos já se dedicaram ao estudo do processo de espacialização e territorialização dos assentamentos e acampamentos no Brasil (cf. Fernandes, 1999, 2000) e a seus efeitos sociais (cf. Palmeira *et al.*, 2004) em regiões específicas. Nenhum deles, no entanto, teve por foco compreender qual o lugar desses movimentos na sociabilidade dessas cidades. Para além do acampamento ou do assentamento, que em geral ficam nas zonas rurais, muitas dessas organizações possuem escritórios ou pequenos espaços para encontros nos centros urbanos desses municípios.

* Agradeço aos comentários dos pareceristas anônimos que contribuíram para o refinamento de diversas questões discutidas ao longo deste texto.

1. Ver o relatório “Conflitos no campo” em suas edições de 1995 a 2007.

2. Trabalhos exemplares desse tipo de caracterização são *Homens livres na ordem escravocrata* de Maria Sylvania de Carvalho Franco (3 ed., São Paulo, Kairós, 1983) e *Coronelismo, enxada e voto* de Vitor Nunes Leal (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997).

3. Análises como as de Palmeira *et al.* (2004)

procuraram dar conta desse tipo de impacto.

4. A pesquisa, entre outras fontes e formas de obtenção informações, foi feita por meio de entrevistas com todos os principais militantes de movimentos que atuavam na Zona da Mata de Pernambuco. Para o caso do MST, foram entrevistados os líderes de microrregionais que representam um conjunto de cidades nas quais há acampamentos e assentamentos do movimento. Para o caso dos movimentos locais foram entrevistadas suas lideranças oficiais. Os casos aqui trabalhados são uma seleção que leva em conta a qualidade e a profundidade das entrevistas, bem como questões de faixa etária e gênero.

5. Nem todos os líderes participantes de movimentos se identificam como militantes. Essa expressão é usada principalmente por sujeitos ligados ao MST. Para os demais casos, a expressão mais corrente é “liderança”.

6. Toda vez que a palavra *movimento* aparecer em itálico, ela se refere

Essas questões e constatações vieram à tona em uma pesquisa realizada na região canavieira do estado de Pernambuco entre 2001 e 2004. Naquele local concentra-se, desde meados dos anos de 1990, o maior número de ocupações de terra e também de movimentos sociais voltados para essas práticas de reivindicação. Quando o trabalho de pesquisa foi iniciado, por meio de visitas às sedes dos movimentos, encontrei locais equipados com dormitórios, computadores e outras facilidades – como nos casos da Fetape e da sede estadual do MST – e outros que funcionavam nas próprias casas dos militantes, como nos casos do MTRUB, do MTBST e de sedes locais e regionais do próprio MST. Esses últimos casos chamaram a atenção para a importância do empenho individual de certos sujeitos na construção do que conhecemos como luta por terra no Brasil. Como todos eles vivem em cidades do interior, foi possível perceber as múltiplas faces desses investimentos na vida em movimento, com o empenho de suas reputações e recursos materiais em uma tarefa vista por alguns como luta social e por outros como atividade ilegal⁴, características que, ao longo dos processos de reivindicação, associam as organizações aos próprios indivíduos que as representam.

Ao longo deste artigo trabalharemos com casos exemplares de militantes e lideranças⁵, por meio dos quais buscaremos reconstituir alguns dos sentidos que o pertencimento a um movimento de sem-terra adquire numa região marcada pela sociabilidade agrária. Tomando os depoimentos formais e informais desses sujeitos, procuraremos destacar as formas pelas quais a adesão, o empenho e a dedicação ao movimento são justificadas pelos próprios militantes. A partir dos casos estudados, procuraremos apresentar a hipótese de que os movimentos se configuram em uma alternativa de significação social (cf. Elias, 1997) no mundo da cana-de-açúcar, transformando, em certos casos, o pertencimento ao movimento em algo tão ou mais importante que a aquisição da própria terra.

Militantes e lideranças em *movimento*⁶

Tendo em vista que a forma e o conteúdo das ações coletivas estavam se alterando na Zona da Mata e que a inflexão havia se dado justamente após a chegada do MST à região no início dos anos de 1990, iniciei o trabalho tratando contato com os militantes que construíram a organização nessa região. Essa opção metodológica era relevante justamente porque a chave para a compreensão desse processo não poderia estar no MST de forma geral, mas justamente nos impactos e nas particularidades de sua chegada àquele local.

Os militantes e as lideranças tornaram-se peças-chave justamente porque já estavam na região antes de os *movimentos* e acampamentos se proliferarem. Eram eles, portanto, os únicos elementos que poderiam ser acompanhados sistematicamente no tempo e no espaço em que tais mudanças se deram. As transformações de suas vidas, como veremos, são indicadores confiáveis dos significados assumidos pelos atos de ocupar terras e montar acampamentos. Partiremos, assim, do modo como cada um dos sujeitos entrevistados tratou em nossa pesquisa de inserir o *movimento* em sua própria história. Como veremos a seguir, esse roteiro epistemológico (cf. Sayad, 1998) não poderia deixar de se iniciar, portanto, por aquele militante que se envolveu com o movimento desde seu período fundacional⁷. De caso em caso, de situação em situação, construiremos o contexto e as formas pelas quais os movimentos dos sem-terra contribuíram para alterar as formas possíveis de construção da sociabilidade na região.

Miguel⁸

Dos militantes que entrevistei, Miguel era o que estava no MST há mais tempo. Ele havia tomado contato com o movimento no ano de 1992, durante a preparação da ocupação do Engenho Camaçari, em Rio Formoso. Na época, ele tinha 21 anos e era o filho homem vivo mais velho de uma família de dezenove irmãos. Filho e neto de trabalhadores rurais, Miguel foi, desde pequeno, socializado no modo de vida dos trabalhadores da cana, vivendo em um engenho⁹.

Aos 15 anos deixou a casa dos pais e foi morar com o avô em outro engenho. O avô havia sido delegado sindical e costumava levá-lo ao sindicato, porém quando adulto não chegou a frequentar o STR. Aos 16 anos arranhou emprego como cortador de cana em uma usina na periferia de Recife. Lá permaneceu durante uma safra e retornou à sua cidade de origem para trabalhar em outro engenho. Nesse tempo, foi também convidado pelos parentes a migrar para São Paulo, mas como não tinha estudo – concluiu apenas a primeira série – decidiu ficar na região.

Aos 18 anos tirou seus documentos – CPF, carteira de identidade e do trabalho, e certificado de reservista – e foi, pela primeira vez, a Recife. Lá conseguiu um emprego na construção civil, mas, como não tinha dinheiro para pagar o adiantamento do aluguel, teve que voltar para Rio Formoso. Continuou a vida cortando cana, trabalhando das três da manhã às quatro da tarde. Cortando, segundo ele, em média, 25 toneladas por dia. Depois, conse-

ao que chamo em Rosa (2004a) de *formamovimento*: o conjunto de ações e procedimentos obrigatórios que, a partir do modelo consagrado pelo MST, rege a atuação de militantes e dirigentes e os qualifica diante dos órgãos do Estado como representantes legítimos de certas parcelas da sociedade. O uso dessa expressão decorre da necessidade de não confundir-la com “movimento social”, expressão que, por ser largamente utilizada em inúmeras disciplinas, abarca fenômenos coletivos de diversos tipos, carecendo de definições precisas.

7. Apesar de a primeira ocupação realizada pelo MST na Zona da Mata datar de 1989, foi somente em 1992 (na segunda ocupação) que se constituíram condições para sua permanência na região. Para mais dados, ver Sigaud (2000).

8. Para proteger os entrevistados de constrangimentos causados pelas interpretações do autor, todos os nomes utilizados no texto são fictícios. A única exceção é Fernando Amaro da Silva, para lhe render

homenagem após seu assassinato.

9. Engenho é a denominação local para as propriedades que cultivam cana-de-açúcar.

guiu um emprego para carregar manualmente os caminhões de uma usina com sacos de açúcar. Em 1991 foi demitido e, a convite de um amigo, foi a uma reunião promovida por militantes do MST que vinham de outros estados. Logo em seguida, participou da ocupação de uma propriedade na sua própria cidade e foi convidado a fazer um curso de formação de militantes:

A gente já era militante, mas não tinha participado de nenhum curso. [O primeiro curso] foi um curso muito bom onde *eu comecei a ver um pouco da realidade, a viver um pouco da história, ter mais conhecimento político* [...]. Apesar da dificuldade de ler, de escrever, essa coisa toda, mas tinha uma boa memória para já começar a pensar toda a situação que o país vivia. Aí a gente retorna para as bases, retorna para casa [...] Já para o final de 1993 veio outro curso em Santa Catarina, em Caçador. Então eu fui com os outros companheiros para lá participar do estudo [...]. *Na minha saída fizeram uma festa. E na minha chegada fizeram outra festa, os companheiros do acampamento e os companheiros do sindicato. Era uma festa, para eles era um grande motivo, porque era uma pessoa daqui que estava se engajando no movimento. Que tinha tendência de junto com eles crescer politicamente, crescer junto com eles aqui nos acampamentos* (grifos meus)¹⁰.

10. A entrevista com Miguel foi realizada por Lygia Sigaud e por Sérgio Chamorro Smircic em 9/9/1999. Agradeço a sua gentileza em me ceder o material. Os cortes realizados na entrevista são de minha inteira responsabilidade e visam a tornar o texto mais conciso.

A entrevista e as conversas que mantive com Miguel durante o meu trabalho de campo apontam para a importância social que pertencer aos quadros do MST foi ganhando naquela região. Para um homem que havia cursado apenas a primeira série, o engajamento no movimento representou, como ele mesmo fez questão de assinalar, uma nova possibilidade de inserção social.

No curto período de tempo entre ser um trabalhador rural como qualquer outro e aquele no qual foi recebido com festa por companheiros e amigos da cidade, sua vida mudou completamente. Os cursos de militante iniciados na região o levaram a visitar Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, entre outros estados. Para alguém que conheceu o Recife, distante menos de cem quilômetros de sua cidade natal, apenas aos 18 anos, ter visitado algumas das principais cidades do país representa muito. Miguel conhece todas as autoridades locais e também é reconhecido por elas quando passa pelas ruas da cidade. Atualmente morando na cidade vizinha de Tamandaré, sempre que o procurei nas feiras e nas praças da cidade todos sabiam quem era o “Miguel do MST” e onde ele poderia ser encontrado.

Na última vez que o encontrei, Miguel havia se afastado da militância. Sem receber por muitos meses a pequena ajuda de custo que utilizava para

sustentar sua família, ele arranhou um emprego na prefeitura municipal para cuidar da jardinagem de uma praça pública. Mesmo afastado da militância, ele continua a ser conhecido na cidade como o “menino do MST”, pois foi ali que, segundo os moradores, aprendeu tudo o que sabe na vida. Para além de uma nova função, que por si já se configura como algo importante para quem estava desempregado, Miguel encontrou no *movimento* uma possibilidade de inserção social muito distinta daquelas que figuravam anteriormente à chegada do MST. O líder de uma microrregional, como ele foi, é responsável por centenas de famílias que tomam parte nos acampamentos e também pelas negociações com autoridades locais sobre o destino e a manutenção dos acampamentos. De suas habilidades em lidar com o próprio movimento, com os representantes do Estado e fazendeiros passam a depender todas as famílias que vivem sob as lonas pretas.

César

César conheceu o MST, por meio de Miguel, aos 19 anos:

MARCELO: Como é que você ficou sabendo?

CÉSAR: Eu estava fazendo um trabalho no colégio estadual. E eu tinha que fazer um trabalho da reforma agrária em termos de Rio Formoso. Então fui obrigado a estudar o método de organização do MST e a cultura do movimento sem-terra.

Marcelo: A professora da escola pediu para você fazer?

CÉSAR: Fazer um trabalho agrário.

MARCELO: Você estava no segundo grau?

CÉSAR: É do primeiro grau. Então fui obrigado a escolher um tema. Fui obrigado a conversar com Miguel. Vou precisar de bandeira, vou precisar de CD, vou precisar de material didático do movimento, e eu fiz um trabalho. Um dos melhores trabalhos e nisso o espírito social entrou e mudou o quadro. E eu disse assim: *a partir de hoje eu quero ser sem-terra*. E até o companheiro Miguel aí me levou para o encontro e eu fui obrigado a comprar uma camisa, uma farda do exército sem-terra. Então fui obrigado a deixar um pouco a escola e pegar na organização.

MARCELO: Você já conhecia o Miguel?

CÉSAR: Já. *A gente morava no mesmo bairro. Então a gente já conhecia o Miguel, o negão sem terra. [...] Hoje ele é um exemplo para a juventude*. Eu fui falar com ele para ele me levar para um curso. Porque eu queria conhecer o movimento mais de perto.

MARCELO: Depois desse curso você voltou para Rio Formoso?

CÉSAR: É, depois eu voltei pra Rio Formoso. E eu não via que Rio Formoso era

uma prisão. Então, com quarenta dias eu peguei o hábito do povo sem-terra. Então eu tinha uma decisão: ficar com a minha família ou ir para os sem-terra.

César é filho de um funcionário da prefeitura de Rio Formoso. Antes de ir para o curso do MST, trabalhava como atendente em uma padaria que funcionava somente durante a safra da cana (setembro a março). Depois de conversar com Miguel, fez o curso para militantes em Olinda e outros mais longos em Caruaru. Participou, ainda, de cursos em Sergipe, na Universidade do estado do Rio de Janeiro – UERJ, e do Fórum Social Mundial, em 2001. Quando o encontrei, em 2002, ele havia sido destacado pela direção estadual para coordenar a microrregional de Barreiros e São José da Coroa Grande¹¹.

11. No estado de Pernambuco a hierarquia das decisões do MST era, simplificada, organizada em coordenações microrregionais, regionais e estadual.

Desde que deixou a escola, passou os dias envolvido com as tarefas que o movimento lhe delegou. Além de coordenar os acampamentos, ele tinha a missão de atrair cerca de duzentos jovens da região para os cursos do movimento. Assim como para Miguel, participar do *movimento* conferiu qualidades ambíguas, neste caso para um jovem:

CÉSAR: quando eu disse que era sem-terra eu deixei de ter amigos e a minha família ficou me olhando. Eu tive que tomar uma decisão: ou eu fico com a família ou com o movimento sem-terra. *E aí hoje eu sou um dos maiores exemplos lá da juventude de Rio Formoso, eu coloco até de Pernambuco. Hoje eu sou bem-vindo em Rio Formoso.* Eu faço debate em colégio municipal, estadual [...]. Então hoje é todo mundo lá dizendo assim: olha, eu quero ir é contigo onde está os sem-terra.

O depoimento de César, ao ressaltar o rompimento de suas relações sociais como um imperativo para a adesão ao movimento, ajuda a compreender como o MST passou a ser visto nessas pequenas cidades. O movimento era um corpo estranho que não se combinava com as estruturas até então conhecidas. Entrar para a organização era assumir uma posição liminar cujos resultados eram imprevisíveis.

Ao voltar tempos depois à escola em que estudou, não mais como aluno, mas como palestrante, ele se investe de autoridade e se diferencia da massa dos outros meninos, que ele espera conquistar. Paradoxalmente, esse sentimento de orgulho individual somente existe porque ele continua a compartilhar a vida coletiva dos sem-terra e, ao mesmo tempo, retorna sempre à sua cidade (quando vê confirmada sua escolha). Ou seja, o movimento não tem para ele um fim em si mesmo. A admiração e seu orgulho

pessoal denotam que sua aventura agora já poderia ser reconhecida, não apenas porque muitas famílias tiveram acesso à terra, mas porque ele tem novas histórias para contar, de suas viagens e das conquistas do movimento. Um movimento que por meio de figuras como ele ganha espaço nas narrativas pessoais e familiares da Zona da Mata.

Para manter sua posição na cidade e no movimento, e mesmo para galgar posições ainda mais prestigiosas, ele precisa passar dias e noites agitando uma ocupação ou lendo os livros de Marx e Che Guevara que carrega em sua pastinha, com a qual desfila orgulhoso pela cidade. Esse trabalho constante lhe credencia junto à direção do MST e também junto aos habitantes de sua cidade natal.

As lutas dos *outsiders*¹²

Os casos de Miguel e César seriam típicos para uma análise sociológica que ficasse restrita a jovens militantes. Eles ajudam a compreender a importância do MST na criação de oportunidades para uma socialização política primária entre os moradores da Zona da Mata, que não teriam possibilidades de ingressar em outras organizações. Seus casos, apesar de reveladores dessa situação específica, não foram os únicos “modelos” de engajamento que encontramos. Há na zona canavieira de Pernambuco um conjunto de lideranças que já participara em outras instâncias e organizações e que, em determinado momento, também tomou parte nesse movimento. Esses sujeitos permitiram-nos conhecer um outro sentido do estabelecimento dos movimentos em Pernambuco.

Márcia

Márcia era coordenadora da regional Mata Norte. Quando a entrevistei, em maio de 2002, ela tinha 40 anos, ou seja, era mais velha do que os militantes analisados antes. Ela é natural da Paraíba, mas viveu desde os 3 anos de idade na cidade de Condado, também na Mata Norte. Filha de um pequeno arrendatário de terras, casou-se aos 13 anos, teve quatro filhos e completou o curso de magistério em uma escola na cidade de Goiana.

Em 1986, foi eleita para a tesouraria do sindicato de Condado, posição que ocupou por oito anos. Saiu, tempos depois, por divergências com o então presidente. Ao mesmo tempo, exerceu a profissão de professora por

12. O termo *outsider* tem inspiração na obra de Elias (2000), na qual a expressão é utilizada para qualificar os sujeitos que, apesar de tomarem parte nos processos produtivos e na vida cotidiana da cidade, não são reconhecidos como membros da “boa sociedade”, ou seja, como representantes do grupo (minoritário) que dita os padrões de estilo de vida e conduta ideais para a comunidade toda.

doze anos naquela cidade. Lá também organizava associações de ajuda nos bairros e na escola:

MÁRCIA: Eu era professora, mas eu formava a associação com pessoas que eram deficientes, pessoas que passavam necessidade. A gente sempre tinha aquele trabalho de procurar as pessoas e tentar ajudar. Procurar os políticos para fazer doação de colchão, de cadeiras de rodas e de alimentação. Pelo menos uma vez por dia a gente preparava uma sopa lá na associação e nós doávamos para esse pessoal. Eu tinha um conhecimento muito grande na cidade e o pessoal me procurava muito. Depois a gente via que tinha pessoas que não tinham casa [...] não podiam pagar aluguel de casa, e os prefeitos não doavam terreno para eles construírem a casa, e aí a gente começou fazendo a ocupação de sem-teto.

MARCELO: Como é que começou essa coisa de ocupar os terrenos da cidade?

MÁRCIA: Eu era professora, mas tinha procuração de todo mundo da cidade. Tanto do pessoal pobre quanto do pessoal que trabalhava na Prefeitura e que não apoiava o prefeito. Eles passavam a informação pra mim. Aquele terreno ali foi uma briga política e o prefeito está aguardando para quando chegar a política e ele fazer a política dele em cima daquele terreno. Eu ia lá e ocupava com os trabalhadores. Acabou que eu fui presa em 1997.

MARCELO: Em 1997?

MÁRCIA: A minha prisão lá na cidade. E passei mais de 24 horas presa. Depois me tiraram da cadeia, quando eu cheguei em casa o meu pai não entendeu. Ele não entendia minha luta. Quando eu cheguei em casa ele não me aceitava dentro de casa. Eu já era separada do marido.

MARCELO: Já tinha separado?

MÁRCIA: Já tinha três filhos. Não baixei a cabeça não. Ele não me queria dentro de casa e eu fui pra rua, fui para o mundo mesmo. Foi nesse ano que eu encontrei o movimento sem-terra lá na cidade.

MARCELO: A senhora não conhecia nada do movimento?

MÁRCIA: Não. Eu tinha conhecimento era do sindicato rural, que é diferente do MST. Um companheiro fez um convite para eu fazer um trabalho de base com ele e eu fui.

Descrevendo seus vínculos sociais, Márcia mostra que a vida nessas cidades do interior não era simples e que havia uma gama de possibilidades de envolvimento com a política. Tomando os rumos que nos são ofertados pela vida dessa militante, vemos que o MST não chega àquele local em uma espécie de vácuo político ou ideológico.

Suas apreciações acerca de sua vida na militância permitem uma melhor compreensão desse processo: “Para mim, minha felicidade está dentro do MST. Na organização a gente se revela outra pessoa. *Entrando no movimento sem-terra, com um ano, dois anos a gente se vê que é uma outra pessoa*”.

Para uma mulher que afirma que desde jovem se envolveu em grupos para ajudar os outros, fosse no sindicato ou nos grupos de bairro, o encontro com o MST representou a possibilidade de prosseguir suas atividades. Engajar-se nesse *movimento* é mais uma possibilidade que se abriu ao longo da vida. Não por acaso, ela se mantém organizando acampamentos e ocupações *na mesma área em que viveu toda a sua vida*.

Depois de um ano apenas na militância, ela foi destacada para coordenar a regional, em 1998. Daquela época em diante ela comandou algumas das maiores ocupações da região e voltou a ser perseguida pela polícia e pelos políticos locais. Agora, como ela mesma afirmou, tem a liberdade de dirigir-se a qualquer um dos prefeitos da região e exigir uma determinada ajuda como *coordenadora do movimento*, e não mais como uma pessoa comum.

Fora do sindicato e malvista pela família e pela comunidade da cidade, ela encontrou no MST o amparo coletivo para a sua vida e uma justificção para sua conduta incomum. Sua vida de *outsider*, repudiada pelos mais próximos, foi justamente o que chamou a atenção dos militantes da região. Seus conflitos com os políticos locais, com os sindicalistas e com a polícia aproximaram-na, mesmo que não intencionalmente, do MST, que se tornou, como ela diz, sua própria família.

Além de concorrer para uma pequena mudança na estrutura fundiária local, o MST parece também contribuir para uma redefinição das estruturas tradicionais de hierarquia e estratificação social nesses municípios a partir do momento em que se legitima como uma nova instituição da vida local.

Como Márcia afirma, depois da chegada no MST ela já não é mais a mesma pessoa, e isso mostra que as estruturas de significação e interdependências nas quais ela vive (e que lhe atribuem sentido social) também mudaram. Se mudaram as estruturas, os símbolos de significação também foram alterados e a família do MST, que já não é a mesma família na qual ela foi criada.

Turbina

A atratividade de histórias políticas anteriores à militância do MST não fica restrita somente ao caso de Márcia. Turbina recebeu esse apelido por trabalhar dezenove anos como operador de gerador em uma usina de açúcar

de sua cidade. Aos 9 anos já acompanhava o pai, que trabalhava na lavoura de cana. Começou semeando adubo e depois foi cambitar o gado que arava as terras. Antes de virar operador do gerador, foi zelador de um dos engenhos da usina. Quando nos encontramos pela primeira vez, em maio de 2002, ele tinha 38 anos.

MARCELO: Como é que você ficou sabendo do movimento e começou a participar?

TURBINA: Eu saí da usina em 20 de junho de 1997. Eu passava na beira da pista e via as bandeiras. Para ser franco, eu tinha medo. Fui atrás de emprego na Usina Trapiche e não consegui. E aí, através de um amigo da cidade, ele me chamou para uma ocupação, e eu entrei na luta e estou até hoje.

MARCELO: Por que você decidiu acampar e não fazer outra coisa?

TURBINA: Como eu falei anteriormente, eu não consegui emprego, aí vi que o movimento tava oferecendo uma terra. Aí disse: eu já tenho minha casa e com terra vou conseguir um trabalho. Aí fui para o acampamento. Na primeira semana me colocaram para ser coordenador de alimentação. Aí vim na Prefeitura *conversar com o prefeito sobre a questão da alimentação, e daí por diante eu consegui me adaptar ao movimento.*

Turbina engajou-se no movimento com 34 anos. Ele foi demitido da usina no ano em que foi lançado candidato à presidência do sindicato dos trabalhadores nas usinas de açúcar e álcool de Escada, em uma chapa de oposição.

Assim como Márcia, Turbina foi preso, em 1999, durante um saque promovido pelo MST na rodovia BR-101 em Escada. Ficou detido por três meses e meio no presídio daquela cidade. Ao sair da prisão, foi laureado com a coordenação da microrregional de Escada e logo a seguir foi destacado para coordenar a regional metropolitana.

No seu caso, também a prisão e sua condição de *outsider*, que faziam de trabalhadores comuns depositários de estigmas, passam a ser vistas como atributos de qualificação. Seu período no cárcere e sua resistência para se manter no movimento foram símbolos vistos como prova de suas qualidades individuais.

O desprestígio causado na cidade pela prisão era equilibrado pela sua condição de coordenador regional do MST:

TURBINA: Fui preso e já estava com mandado. Me levaram para o presídio de Vitória [de Santo Antônio], passei lá uma semana e daí eu vim aqui para Escada. Quando

eu saí, saí um pouco revoltado com a burguesia. *Hoje toda a burguesia da cidade me respeita, até a polícia. É Turbina pra cá, Turbina pra lá.*

Em nossa conversa ele fez questão de apontar a mudança ocorrida em sua vida depois de ter passado a usar o boné do MST. Se antes era um trabalhador rural como qualquer outro, depois de se engajar no MST e passar por essa série de dificuldades, tornou-se conhecido e respeitado por toda a cidade. Mesmo que ele desconfie que o respeito vem do medo que os sem-terra despertam nas autoridades locais, sente que somente assim pôde ocupar uma posição social diferenciada. Como aponta Elias (1997), assumir essa condição de fora-da-lei é também uma forma de ascensão social, na medida em que essas posições de representação passam a ser tão reconhecidas quanto as formas institucionais.

Turbina sente-se como um indivíduo diferente – respeitado – porque, assim como para Márcia, o MST lhe dá a condição de ajudar outras pessoas da própria cidade onde nasceu e, ao mesmo tempo, ter sua conduta legitimada pelas autoridades locais. Ele agora é aceito como membro de uma instituição que, mesmo diante de toda a ambiguidade acima descrita, pode ser considerada legítima.

Judith

O desejo de ajudar outras pessoas mais necessitadas teria contribuído para Judith, 42 anos, engajar-se no MST. Em maio de 2002 ela era a coordenadora da microrregional que concentra o maior número de acampamentos e assentamentos no estado, na cidade de Água Preta, fronteira com Alagoas¹³.

MARCELO: Você trabalhava aqui na Prefeitura?

JUDITH: Eu trabalhava no programa Médico de Família. Eu trabalhava por contrato em outras prefeituras. Na época que eu entrei no movimento, eu era funcionária da prefeitura da cidade de Joaquim Nabuco.

Judith fez curso superior de enfermagem e administração de empresas na cidade vizinha de Palmares. Sua adesão inicial ao movimento foi um prolongamento de sua atividade profissional. Contratada pelos programas do governo federal de combate à miséria e de controle de natalidade, seu trabalho era mapear os grupos que apresentavam problemas de saúde e higiene. Se,

13. A entrevista foi realizada em um bar que fica na garagem da casa da mãe de Judith, em Água Preta.

como ela me disse, sua vocação sempre foi ajudar os outros, ao visitar os acampamentos do MST encontrou um modo distinto de aplicar seu saber técnico.

Primeiro, ela montou uma barraca em um acampamento vizinho à cidade. Por um ano trabalhou como parteira em Joaquim Nabuco, vivendo no acampamento. Ainda nesse ano, foi-lhe designado o posto de coordenadora de saúde do acampamento e, logo a seguir, de todos os acampamentos de Água Preta. Nos meses seguintes assumiu a coordenação de saúde de toda a regional Mata Sul. Atarefada e envolvida no movimento, no ano seguinte abandonou seu emprego e se dedicou somente ao MST:

JUDITH: Eles [as pessoas da cidade] dizem assim: menina, como é que tu deixou uma vida diferente. Tu deixou uma vida onde tu tava com pessoas das melhores. *Estava sempre com secretário de saúde, médico, enfermeiros formados da elite maior: E hoje tu deixou tudo isso? Tu jogou para o alto? E tu estás hoje no meio dos sem-terra, vândalos, pessoas precárias, pessoas que passam fome, que estão lá de pés descalços, sujas. Eu falei: me sinto bem junto deles.*

MARCELO: Você abriu mão de tudo isso?

JUDITH: Tudo. Tudo mesmo. [...] Você está junto com os sem-terra? Eu falei: Estou. [...] *Sem-terra me enche de orgulho.* Muita gente se envergonha. Para mim é questão de orgulho. Assim me sinto orgulhosa. *Às vezes passo na cidade e ficam brincando comigo: sem-terra!*

MARCELO: Mas o que é que as pessoas que entram para o movimento sentem?

JUDITH: Sente assim uma vibração. Eu costumo brincar e dizer assim para o pessoal: olha, o movimento sem-terra é um vírus. Depois que contamina não tem mais jeito. Na minha casa era difícil. *Só eu era sem-terra.* Meus filhos tinham uma vida diferente. *Quando eu entrei foi um tabu.*

Ela tinha três filhos na época: uma menina de 12 anos, um rapaz de 17 e outro de 23. Recebia cerca de setecentos reais por mês, o suficiente para pagar escola particular para os filhos naquela cidade. A entrada no MST também contribuiu para um afastamento daquilo que ela chama de sociedade local e para uma dedicação quase que total à vida de militante. A rejeição inicial da família foi vencida quando seu filho de 17 anos foi convidado a conhecer São Paulo e fazer um curso sobre história do Brasil com outros militantes na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Quando voltou de Campinas, o menino começou a dar aulas sobre a história do próprio movimento nos acampamentos. Logo a seguir foi enviado para a Paraíba, para fazer um curso de técnico em agronomia.

Vendo o sucesso do irmão e da mãe, que assumiu em 2001 a coordenação microrregional, o filho mais velho, que queria ser policial, agora trabalha como motorista da mãe e a substitui na coordenação quando ela viaja para fazer cursos em Caruaru. Nesse caso, a família reaparece como ponto fundamental para a inserção social dos indivíduos. A de Judith, no entanto, somente passou a ser socialmente valorizada a partir do ingresso de sua matriarca no MST. O *status* da família na pequena cidade não se dava – como acontecia anteriormente – pela participação naquilo que Elias (2000) chama de “boa sociedade”, mas pelo poder de negociar com as autoridades locais em nome de um *movimento*.

Para Judith, a relativa inserção profissional não lhe prometia para o futuro uma situação melhor do que a que tinha naquele momento. Apesar de o emprego lhe proporcionar uma remuneração considerada por ela razoável, sua manutenção dependia da benesse do prefeito, pois era um contrato temporário. Entre os sem-terra ela parece ter encontrado não apenas um lugar para desempenhar sua vocação profissional, no sentido weberiano do termo, mas uma possibilidade de exercer uma função ainda mais reconhecida. Se no universo dos profissionais de saúde ela ocupava um dos menores postos, no MST ela se transformou em uma figura de destaque, reconhecida por toda a direção estadual, por autoridades locais e também por sua própria família.

O depoimento de Judith resume boa parte do argumento que esses militantes mais experientes usam para justificar sua presença no MST. Márcia e Turbina foram casos emblemáticos de pessoas que, antes de entrar no MST, eram vistas com maus olhos em suas comunidades – ela havia sido presa e ele estava desempregado. Certamente, esse engajamento não os livrou dos estigmas passados, que tendem a ser reforçados pela imagem de desordem que a imprensa faz do movimento. No entanto, ao adentrarem o mundo do MST, que é um grupo também estigmatizado em qualquer lugar do país, os atributos de desqualificação passam a ser encarados de maneira positiva e as agruras do passado transformam-se em capital simbólico para a ascensão na hierarquia do movimento.

Levando em conta as histórias e os depoimentos que apresentei com brevidade até aqui, observa-se que, para as pessoas mais velhas, para as quais a experiência com os sem-terra não significou sua primeira socialização coletiva – como no caso dos jovens, por exemplo –, o engajamento proporciona-lhes o conforto e a justificação para suas condutas de *outsiders* na região. Ser coordenadora do movimento permite que mulheres como Már-

cia e Judith comandem grupos de centenas de homens em acampamentos, marchas e ocupações, sem que isso seja visto, ao menos dentro do MST, de modo preconceituoso, como ocorreria em outros espaços também frequentados por elas. Márcia já ocupava terrenos, Judith já ajudava as pessoas e Turbina já tinha aspirações à luta política. Com a entrada no MST, foram incentivados a participar oficial e diretamente das disputas políticas locais. Esses casos são exemplos concretos da maneira como a chegada e a formação de um movimento social pode alterar as estruturas de poder e de significação social numa determinada região.

Para além do MST

Se o contato com a vida dos militantes do MST contribuiu para a compreensão da importância do movimento social na significação individual de moradores da Zona da Mata, ao se abordar suas dissidências compreenderemos os casos em que esse mecanismo não opera com o mesmo sucesso. Ou seja, situações nas quais os papéis sociais criados pelo MST não se mostram tão eficazes como nos casos citados.

Em 2003 havia pelo menos cinco movimentos que organizavam ocupações de terra na região, formados a partir de cizânias no MST. Dentro dos limites deste artigo, tratarei com brevidade de dois casos que pude acompanhar mais detidamente e que revelam com extrema clareza as possibilidades de mudanças engendradas pelos movimentos naquela região.

O MTRUB – Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil tem sua sede na cidade de Amaragi. Essa cidade dista cerca de cem quilômetros do Recife, e não existe linha de ônibus que as conecte. Para se chegar lá é preciso tomar um coletivo até Escada (cerca de uma hora do Recife) e depois outro veículo (um velho micro-ônibus ou, o que é mais rápido, uma picape com carroceria adaptada com bancos de madeira) até a cidade.

Caminhando por cerca de trinta minutos desde o centro da cidade por ruas de barro avista-se de longe um desbotado letreiro azul com a inscrição “Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil”.

No dia de minha visita fui recebido por seu Fernando, um homem que aparentava cerca de 50 anos. Era um trabalhador rural que, na juventude, havia trabalhado no corte de cana como clandestino (ou seja, sem receber

os direitos trabalhistas) e também em Recife, na construção civil. Quando retornou para Amaragi, no final dos anos de 1980, foi morar num dos bairros que se formavam na periferia dessa cidade. No início dos anos de 1990, junto com outros vizinhos, teria “botado um roçado” em um engenho chamado Tapuia, que estava abandonado pela arrendatária¹⁴.

Em 1993, a filha do antigo arrendatário do engenho que tinha a posse da área há mais de setenta anos teria decidido repassá-la a outra pessoa, e teria exigido na Justiça a expulsão do grupo de plantadores.

Como representante dos plantadores, seu Fernando recorreu ao que chamou de *advogados do Estado*. Essa tentativa também se mostrou pouco eficaz e, como último recurso, ele procurou o Incra, para onde levou as famílias de posseiros em uma ocupação que imitava os modelos do MST.

Foi na sede do Incra que Fernando conheceu Jaime Amorim (principal líder do MST na região). Dias depois, segundo Fernando, Jaime foi até sua casa, em Amaragi, e propôs “botar a bandeira” do movimento no Engenho Tapuia¹⁵.

Em 1996, seu Fernando passou a fazer parte do MST, que “botou sua bandeira” naquele engenho. Durante um período de aproximadamente dois anos, ele participou do que chamou de “cursos de capacitação e de formação política”, promovidos pelo MST, em Caruaru e em Olinda. A situação do Engenho Tapuia, no entanto, continuava indefinida.

Nesse ínterim, ele enfrentou uma série de conflitos com algumas lideranças do MST. Segundo ele, dentro do MST o militante (a posição inferior dos quadros desse movimento) teria pouca margem de ação em relação aos dirigentes (quadros que estão acima dos militantes). Na sua expressão, “a hierarquia queria dar a norma”, e isso não lhe parecia correto.

Segundo sua descrição de sua posição no MST, seu Fernando nunca teria ocupado um lugar que considerasse expressivo na hierarquia desse “movimento”. Decepcionado com o MST, optou por “trocar de movimento”. Sua decisão não se deu em um espaço vazio: ela estava amparada por uma disputa por áreas improdutivas que o MST travava, em sua cidade, com o Movimento dos Trabalhadores (MT).

Sentindo-se pouco valorizado pelo antigo movimento, passou, juntamente com todas as famílias que arrebanhara, para o MT, no qual se tornou membro da diretoria. Sua relação com esse movimento também durou pouco tempo. Segundo ele, certa vez reunira cerca de trezentos trabalhadores numa ocupação próxima a Amaragi, numa terra que o MT havia garantido ser improdutiva. A informação mostrou-se equivocada e a área teve que ser

14. “Botar roçado” significa, nessa região, cultivar uma pequena parcela de terra, em geral com uma lavoura de subsistência, em uma área de propriedade de outra pessoa.

15. Sobre a importância dos atos de “botar a bandeira” nos acampamentos da região, ver Sigaud (2000).

desocupada logo a seguir. O equívoco da direção do *movimento* teria causado sérios prejuízos à reputação de seu Fernando em Amaragi, que por isso fora acusado, por um grupo de acampados, de enganar os trabalhadores com promessas vãs.

Como é praxe entre os líderes dos *movimentos* e também entre trabalhadores acampados e assentados na Zona da Mata, seu Fernando ia frequentemente ao Incra (onde havia conhecido o líder do MST) para solicitar pressa em processos de vistoria de propriedades com vistas à desapropriação.

Em uma dessas visitas ao Incra, seu Fernando teria sido aconselhado pelo superintendente a deixar o MT e formar seu próprio *movimento*. Na sua formulação, desse modo ele poderia se “livrar da hierarquia” que sustentava a relação do MT com o Incra, e que determinava que apenas um dirigente estadual estava autorizado a negociar com os órgãos oficiais.

Criando seu próprio *movimento*, seu Fernando deixou de ser apenas mais um entre os diversos quadros que compõem as diretorias do MST e do MT. Como ele mesmo frisou por diversas vezes em nossa conversa, “ter um movimento” significa ter uma posição social privilegiada diante dos trabalhadores rurais de sua região (bem como diante do superintendente do Incra). Significa ter mais obrigações e também maior reconhecimento local de seus feitos.

Além da referida reputação conquistada entre seus pares, o líder e fundador do MTRUB sugeriu que guardava um forte ressentimento em relação àqueles que denominava “elite em sua cidade”, pois nunca lhe teriam permitido entrar para a “sociedade” de Amaragi. Na sua consideração, em Amaragi lhe estiveram bloqueados os acessos à política partidária e também ao sindicato de trabalhadores rurais.

Logo após formar seu movimento, seu Fernando candidatou-se a vereador pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, que lhe ofereceu uma vaga na sua lista. Seu Fernando também viria a se tornar uma das pessoas escolhidas pelo Incra para distribuir cestas básicas aos trabalhadores rurais de sua cidade no tempo de entressafra. Com o poder de distribuir as cestas, uma importante moeda política na região por garantir a alimentação das famílias de trabalhadores da cana, ele passou a ser recebido por autoridades que lhe cediam veículos para buscar os alimentos nos armazéns do governo do estado, em Recife.

Pelo contato com seu Fernando e com as pessoas que lhe dão apoio, as relações sociais que dão sentido a esses *movimentos* se tornaram mais claras. A energia social que o movia é de ordem diversa daquela que tradicional-

mente agita a vida daquela cidade; ele não era membro das famílias tradicionais, não havia sido socializado em partidos políticos e não era apadrinhado de nenhum chefe político local (o que passou a ocorrer depois de formar seu *movimento*).

Seu envolvimento com a instância *movimento* inscreve-se num marco de possibilidades concretas de agir que foram legitimadas pelo MST, quando aprendeu os códigos sociais necessários, e pelo Estado, na figura do superintendente do Incra, que, pessoalmente, entendia que a representação direta dos interessados poderia acelerar os processos de desapropriação e diminuir os conflitos internos aos grupos. Reconhecido pelo Incra, logo ele passou a ser visto na cidade como alguém que detinha um tipo específico de poder: o de incluir pessoas nas demandas por terras e cestas básicas.

O poder e a significação social de seu Fernando renderam-lhe bons frutos ao lhe permitir entrar nas disputas de poder daquela cidade e também de certas instâncias estaduais. Talvez por esses mesmos motivos ele tenha sido brutalmente assassinado por matadores de aluguel em março de 2007.

MTBST – Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem-Terra

A pequena cidade de Amaragi foi também o cenário para o surgimento de outro *movimento*, no ano de 2002. Em meu primeiro encontro com seu principal líder, José Clemente, um homem solteiro de cerca de 30 anos, fui até a sede do movimento, que fica na garagem de sua própria casa, na qual vive com os pais e irmãos mais novos¹⁶. No fundo da peça que servia de local para as reuniões do grupo estava afixada na parede a bandeira vermelha com uma estrela branca no centro, que simboliza o grupo.

José Clemente, que nesse dia estava acompanhado do outro fundador do movimento, chamado Alan, é um trabalhador rural que plantava com sua família em terras arrendadas nos engenhos da região de Amaragi. No final dos anos de 1980, depois de algumas safras perdidas, toda a família mudou-se para o núcleo urbano do município, onde alugaram uma casa. Nessa época, entre 1998 e 1999, o MST ainda estava sendo representado, na cidade, por seu Fernando (que depois passaria ao MTRUB). Se o MST procurava pessoas para realizar um novo acampamento, José Clemente e sua família buscavam uma nova “opção” para suas vidas. Esse fortuito encontro de perspectivas o levou a participar de um acampamento em busca da tal parcela.

16. Essa mesma peça servia, ainda, como sala de aula para o Programa Comunidade Solidária, do governo Fernando Henrique.

O acampamento acabou sendo desmontado e os acampados retornaram para suas casas dias depois. Frustrada essa incursão no mundo dos *movimentos*, no ano de 2000 ele foi para São Paulo, onde trabalhou no setor de manutenção de uma escola particular por menos de um ano. Antes de voltar a Amaragi, tentou a sorte na Paraíba, de onde retornou para novamente tomar contato com o MST.

José Clemente fora coordenador de turma no primeiro acampamento, e conhecia muitas das pessoas que haviam participado daquela mobilização. Por isso, teria sido escolhido como coordenador do MST naquela cidade. A sede do *movimento* passou a funcionar na casa de sua família, que, além da infraestrutura, cedeu todos seus membros homens. José Clemente, seus pais e seus irmãos tornaram-se a referência do MST na cidade, e organizaram um novo acampamento com os remanescentes da primeira aventura.

A área que foi ocupada, indicada pela direção do MST, pertencia a uma usina da cidade de Vitória de Santo Antão. O próprio José Clemente montou sua barraca e levou consigo seu vizinho.

Outra vez o acampamento não foi adiante e a responsabilidade pela dificuldade dos líderes do MST em agilizar o processo de desapropriação da área estendeu-se também a João Clemente, inculcado pela frustrante aventura – afinal, ele próprio havia convidado muitos dos acampados.

Na hierarquia do MST, José Clemente não chegou a ocupar cargos de coordenação regional ou estadual, assim como seu Fernando do MTRUB. Para ele, o próprio volume de suas obrigações junto às pessoas de Amaragi tomava todo o seu tempo, e não sobrava espaço para participar das reuniões e cursos promovidos pelo MST. Em vez de ir aos cursos, ele passou a enviar seus irmãos mais novos, que tinham mais tempo disponível.

Para ele, a falta de empenho dos dirigentes regionais do MST em resolver o caso das famílias de Amaragi contribuiu para que desempenhasse funções que normalmente não estão ao alcance de militantes de sua posição, como negociar com o Incra e verificar os títulos de propriedade das terras improdutivas da cidade.

Ao recorrer aos cartórios e ao próprio Incra, ele foi se distanciando, aos poucos, da direção do MST, e internalizando os códigos que regem a organização das reivindicações por terra na região. Aprendeu a dialogar com funcionários do Incra e conheceu a lógica para a obtenção dos meios de sustentação de um acampamento.

No caso de seu Fernando, a “hierarquia queria dar a norma”, e para José Clemente parece ter ocorrido algo semelhante. Ocupando, na hierarquia

do MST, um degrau abaixo dos coordenadores regionais que entrevistei na primeira parte deste trabalho, os líderes de Amaragi não tinham acesso a certos espaços – como o Incra ou a prefeitura – nos quais se estabelece a significação de suas vidas como dirigentes de um movimento. Nesses casos, suas tarefas estavam limitadas às suas comunidades de origem, pelas quais, sem os objetos ofertados pelo Estado, poderiam fazer muito pouco. Lembrando dos casos anteriores, os coordenadores somente eram reconhecidos em suas cidades de origem porque dispunham do poder efetivo de conseguir desapropriações de terras e outros objetos ofertados pelo Estado, poder que antes, repito, estava concentrado nas mãos do binômio senhores de terra/sindicalistas¹⁷.

Ao comparar os casos desses militantes, que saíram, com aqueles que permaneceram no *movimento*, agregamos mais um elemento que contribui para a compreensão de seu engajamento. A *significação social* desses indivíduos não é dada apenas pelo reconhecimento de sua importância pelas comunidades nas quais atuam, *ela também é conquistada pelo contato individual com representantes do Estado que têm o poder de reconhecê-los como interlocutores e, por vezes, como uma extensão de seus domínios* – como no caso das cestas básicas.

Sentindo-se desamparados pelo MST, pois empenharam seu prestígio e seu próprio dinheiro nos engenhos que demandavam, esses homens encontraram no Incra o apoio necessário para sua independência. Tal apoio, no entanto, somente pode ser compreendido como uma longa relação pedagógica que desenvolveu uma linguagem e uma gramática que nas últimas décadas tornaram possíveis as relações entre representantes do Estado e sujeitos identificados como sem-terra¹⁸.

Para se tornar um *movimento* de fato, ou seja, para ser equiparado ao MST, o MTBST precisou se garantir, segundo seus fundadores, mediante documentos apresentados aos órgãos ou pessoas físicas com os quais já tinha estabelecido contato quando ostentava a insígnia da outra organização. O mapa dos locais em que foram “espalhados” os documentos (no fórum, na prefeitura, no Conselho Municipal de Agricultura e no sindicato de trabalhadores rurais) é também um guia das instâncias (friso que se tratam apenas de órgãos municipais) nas quais se busca reconhecimento público de sua atuação.

Reconhecimento que de fato foi dado por meio da aceitação do registro, no caso do fórum, e pela inclusão do *movimento* nos diversos conselhos municipais que debatem a distribuição de recursos públicos no municí-

17. Para compreender melhor esse binômio, ver Rosa (2004b).

18. Estudos mais completos sobre origem e processo de formação dessa linguagem podem ser encontrados em Sigaud, Rosa e Macedo (2008).

19. O registro no fórum mostrou-se eficaz quando um dono de terras organizou um falso acampamento em suas terras para que elas fossem incluídas na lista dos imóveis impedidos, por Medida Provisória, de serem desapropriados. Como o MTBST, um *movimento* registrado, já havia solicitado a desapropriação da área, a juíza local não acatou o pedido do proprietário para que o processo de desapropriação fosse suspenso.

pio¹⁹. No caso da prefeitura e da Secretaria de Agricultura, o registro indicava também que o MTBST se tornava passível de receber algum tipo de benefício relacionado com os programas de reforma agrária. Esse caso denota como os *movimentos*, no início da década de 2000, já faziam parte das *estruturas de significação locais*. Uma resposta sobre as razões dessa transformação não poderia ser única, no entanto. Uma de suas faces é indubitavelmente aquela que permite que por meio do movimento dos sem-terra os recursos públicos passem a ser transferidos para pequenos municípios do interior.

Novos movimentos, novos horizontes

O reconhecimento público da importância do movimento e de seus líderes não se encerra nos limites da nova organização. Estar em um movimento fornece condições para o ingresso em outros espaços sociais. Se, no começo, José Clemente queria uma “terra para trabalhar”, depois de ter experimentado a forma movimento suas expectativas em relação ao futuro em Amaragi se alteraram.

O prestígio repentino como líder de um *movimento* rendeu-lhe um lugar no PSL – Partido Social Liberal – e depois no PAN – Partido dos Aposentados da Nação. Pela forma como ele estabelece essa relação, pode-se vislumbrar que um *movimento* pequeno dá assento num partido igualmente pequeno. Mas seu prestígio foi se elevando – foi procurado por um candidato a deputado e, posteriormente, foi convidado a mudar de partido e a se candidatar à presidência do partido na cidade. Se tudo corresse bem, poderia ainda almejar a uma vaga de vereador, assim como já fizera o líder do MTRUB, e depois, como revelou, passar a um partido maior.

A inusitada transformação em líder forneceu elementos para que ele planejasse incursões futuras em lugares sociais anteriormente interditados, como, por exemplo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O caminho que começou timidamente nas fileiras do MST contribuiu, nesse caso, para o envolvimento cada vez maior dos fundadores do MTBST em outras instâncias e organizações locais, dispondo, numa mesma trama, partidos políticos, conselhos municipais e sindicatos. Para eles, o acesso a todas essas instituições era a principal diferença entre um membro de um *movimento* e uma pessoa comum. O mesmo teria acontecido com o fundador do MTRUB, que perdeu sua vida justamente porque ela tinha um significado maior que sua existência física.

Conclusão

Este trabalho teve como um dos seus objetivos uma análise dos impactos da atuação do MST nas pequenas cidades da região canavieira de Pernambuco. Ao longo do texto, tais impactos foram importantes para demarcar um conjunto de questões sociológicas que emerge dessa análise. A principal delas é o que chamamos, com apoio na obra de Norbert Elias, de *significação social*. Para este autor, a noção de *significação* permite tratar de forma dinâmica a relação entre indivíduos e sociedade sem que um polo ou outro seja necessariamente privilegiado. Segundo Elias (1997, p. 222), cada estrutura ou *figuração* social possui instituições a cujo pertencimento e funções cuja execução fornecem sentido à existência social de indivíduos. Tomando os conflitos geracionais entre os alemães do século XX, o autor mostra que tais instâncias se transformam justamente porque os sujeitos sociais se remetem a elas de forma reflexiva. Estar ou não estar em um lugar significativo para os homens de seu tempo e lugar é uma questão pela qual todos os indivíduos passariam em sua existência, pois todos seriam capazes de reconhecer e mapear seu meio.

O que pudemos observar ao estudar o caso do movimento dos sem-terra em uma região específica é o fato de que muitas pessoas, ao tomarem contato com essas novas instâncias de poder, as viram também como instâncias de *significação social*. Os casos de indivíduos socializados no mundo das ocupações e acampamentos levados a Pernambuco pelo MST permitiram observar esse fato com clareza. Se as adesões em geral se deram em um momento da vida no qual a posse da terra poderia significar uma mudança, logo a seguir os sujeitos em questão passaram a ver que a vida nos próprios movimentos era também uma possibilidade de existência social digna. Tanto a terra como os próprios movimentos podem ser lidos aqui como objetos que permitem a integração de indivíduos em canais políticos que no passado estavam relativamente bloqueados. Eles representam uma mudança na estrutura de *significação*, especialmente se tivermos em conta que os casos analisados ocorreram em municípios cuja população é sempre menor que 30 mil habitantes.

A comparação entre os casos de diferentes gerações de militantes que na época estavam ligados ao MST com os daqueles que romperam com o movimento originário possibilita também compreender que não se trata de uma adesão incondicional ou irrefletida ou da única opção existente. Os sujeitos com os quais convivemos foram conduzindo sua vida em movi-

mento na medida em que essas instituições lhes foram sendo pessoal e coletivamente importantes. Quando a vida pessoal se viu prejudicada pelo movimento, militantes como Miguel se retiraram da luta, e outros, como os fundadores do MTRUB e do MTBST, trataram de moldá-los às suas possibilidades. Vemos também por meio desses casos que os movimentos não chegaram na região para ocupar um vácuo social. Eles se estabeleceram por meio de corpos cuja socialização prévia lhes permitia investimentos diferenciados no local, desde ambíguas relações familiares, como no caso das mulheres com filhos que se tornaram lideranças, até aqueles que com algum capital transformaram suas casas em sedes de seus próprios movimentos. A expressão “luta pela terra” ganha nesse contexto sentidos diferentes porque mistura e une histórias sociais distintas. Múltiplas socializações, como afirma Lahire (2006), que não podem ser reduzidas a um *habitus* ou conjunto de disposições que fosse homogêneo no passado da cana, e que não será homogêneo no futuro porque todos passaram pelo MST. Cada um desses sujeitos imprime sua própria marca a esse processo porque ele também os atinge com características próprias e diferenciadas.

A morte, depois de terminada a pesquisa, de um dos principais personagens deste trabalho é um indicador incrivelmente forte de como a chegada desses movimentos alterou o destino de muitas pessoas na região. Alterações que não mudam todos os valores e as formas de significação social do lugar, mas que também não permitem um fácil retorno aos modelos de inserção social do passado, como fazem crer alguns dos analistas desse mesmo processo²⁰.

Referências Bibliográficas

- BOLTANSKI, L. (2000), *El amor y la justicia como competencias*. Buenos Aires, Amorrutu.
- ELIAS, N. (1997), *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. (1999), *MST. Formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2000), *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- GARCIA JR., A. R. *et al.* (2001), “Les transformations du pouvoir municipal”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 43/44: 124-144.
- LAHIRE, B. (2006), *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre, Artes Médicas.

20. Ver especialmente o trabalho de Wolford (2006). Na tentativa de mostrar que o MST não alterou tão profundamente quanto ela supunha os valores sociais da região, a autora acaba por afirmar que “quanto mais as coisas mudam, mais elas continuam as mesmas”. Seguindo as próprias pistas que essa autora deixa ao longo desse interessante trabalho e de outros, é importante notar que a existência de novas possibilidades já é uma alteração significativa naquele espaço social e que seria difícil afirmar que não houve mudanças sociais associadas a esses movimentos.

- MARTINS, J. de S. (2000), *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo, Edusp.
- MEYER, D. S., WHITTIER, N. & ROBNETT, B. (orgs.). (2002), *Social movements: identity, culture and the state*. Oxford, Oxford University Press.
- MOORE JR., B. (1978), *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense.
- NAVARRO, Z. (2002), “Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 189-232.
- PALMEIRA, M. G. S., LEITE, Sergio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde & CINTRÃO, Rosângela. (2004), *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. 1ª edição. Brasília/São Paulo, NEAD/Ed. Unesp, 392 p.
- ROSA, M. (2004a), *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____. (2004b), “As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco”. *Dados*, 47 (3): 473-404.
- SAYAD, A. (1998), *A migração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SIGAUD, L. (1996), “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. *Estudos Históricos*, 18: 361-387.
- _____. (1999), “Honneur et tradition dans les plantations sucrières du nordeste (Brésil)”. *Études Rurales*, jan.-jul., pp. 211-228.
- _____. (2000). “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. *Novos Estudos Cebrap*, 58: 73-92.
- SIGAUD, L., ROSA, M. & MACEDO, M. (2008), “Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada”. *Dados*, 51: 107-142.
- THOMPSON, E. P. (1998), *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TILLY, C. (1995), “Los movimientos sociales como agrupaciones históricamente específicas de actuaciones políticas”. *Sociológica*, ano 10 (28).
- WOLFORD, Wendy. (2006), “The Difference Ethnography Can Make: Understanding Social Mobilization and Development in the Brazilian Northeast”. *Qualitative Sociology*, 29 (3): 335-352, set.

Resumo

Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco

Este artigo analisa a contribuição das chamadas “lutas por terra” para a produção de novas formas de significação social na região da Zona da Mata de Pernambuco. Por meio da análise de entrevistas com militantes dos diversos *movimentos* que organizam

ocupações de terra na região, foi possível compreender que, além da posse de um pedaço de terra, tais organizações criam condições inéditas para a transformação dos seus líderes em figuras de destaque nas instâncias políticas dos pequenos municípios da região, contribuindo assim para a modificação das estruturas tradicionais de poder. Palavras-chave: Movimentos sociais; Significação social; MST; Sem-terra; Pernambuco.

Abstract

Biographies and land claim movements in Pernambuco

This paper analyzes the contribution of so-called 'land struggles' in the creation of new forms of 'social meaning' in a sugar plantation region of the Brazilian Northeast. Analysis of interviews with militants from various movements coordinating land occupations in the region reveals that, as well as supporting rural people's access to land, these organizations enable their leaders to become prominent figures in local urban politics, thereby contributing to the modification of traditional power structures.

Keywords: Social movements; Social meaning; Local impacts; Landless rural workers; Pernambuco.

Texto recebido em 8/10/2008 e aprovado em 9/12/2008.

Marcelo C. Rosa é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília e pesquisador do CNPq. E-mail: marcelocr@uol.com.br.